

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE MACROAVALIAÇÃO

INFORMATION LITERACY IN THE MACROAPPRAISAL PROCESS

Renata Lira Furtado^a

Emilly Amanda Chucre de Campos^b

RESUMO

Objetivo: apresentar a relevância da Competência em Informação na atuação do arquivista, especificamente no processo de Avaliação documental, subsidiado pelo modelo da Macroavaliação. **Metodologia:** O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e da análise comparativa entre o modelo de Avaliação documental Macroavaliação e os Padrões da Competência em Informação. **Resultados:** Os resultados comprovaram que as etapas necessárias para o desenvolvimento da Macroavaliação remetem aos Padrões de Competência em Informação e ao arquivista faz-se necessário compreender o contexto de criação dos registros documentais. **Conclusões:** Na análise dos resultados indica a provocação de novas reflexões acerca da importância da Competência em Informação no cenário arquivístico, não apenas no processo de Avaliação documental, seja no modelo da Macroavaliação como nos demais modelos e funções que compõe o fazer arquivístico.

Descritores: Avaliação Documental. Macroavaliação. Competência em Informação.

1 INTRODUÇÃO

A Avaliação Documental, no rol das funções arquivísticas apresentadas por Rousseau e Couture (1998), configura-se como uma temática proeminente no cenário arquivístico, considerando principalmente sua relevância na Gestão de documentos. É reconhecida como uma solução para o acúmulo desordenado de documentos, ao estabelecer os prazos de guarda e a destinação, de acordo

^a Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e no curso de graduação em Arquivologia na Universidade Federal do Pará. E-mail: renatalira@ufpa.br

^b Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: emillychucre@gmail.com

com os valores que lhes são atribuídos (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

A implementação da Avaliação documental em uma instituição demanda pesquisa, aquisição de informações essenciais como, por exemplo, legislações, contexto social e político em que os documentos foram criados, entre outras. Nessa perspectiva, torna-se relevante que os arquivistas responsáveis por tal atividade saibam, no mínimo, identificar onde e como essas informações possam ser localizadas.

Nesse contexto, pressupõe-se que a Competência em Informação (Colnfo) possa colaborar com o arquivista durante o desenvolvimento da Avaliação documental, tendo em vista que a Colnfo permite que o indivíduo seja capaz de localizar e utilizar as informações de maneira mais eficiente, autônoma e ética a fim de atender às suas necessidades.

O presente artigo é originário de uma pesquisa mais ampla onde, por meio da pesquisa bibliográfica na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como livros, teses, dissertações, monografias, entre outros, publicados e/ou traduzidos em português, com recorte temporal de 1972 a 2019, utilizando os seguintes termos de busca: “Competência em informação”, “Colnfo”, “avaliação documental” e “avaliação arquivística”.

Os resultados da pesquisa bibliográfica subsidiaram a construção do referencial teórico e a identificação dos distintos modelos de Avaliação documental: Jenkinson (1922), Otto Muller (1931), Schellenberg (1956), Booms (1970), Cook (1992), Eastwood (1992), Couture (2002). O foco foi investigar nesses modelos, elementos que se relacionassem explicitamente com os preceitos da Competência em informação, critério que direcionou a pesquisa para o modelo da Macroavaliação (*Macroappraisal*) proposto por Terry Cook (1992). Assim, foi possível, por meio do método comparativo identificar uma possível relação entre os procedimentos da Avaliação documental, personificada aqui no modelo da Macroavaliação com os preceitos da Colnfo.

Dessa forma, o recorte ora apresentado, objetiva apresentar a relevância da Competência em Informação na atuação do arquivista, especificamente no

processo de Avaliação documental, subsidiado pelo modelo da Macroavaliação.

Os resultados comprovaram que as cinco etapas necessárias para o desenvolvimento da Macroavaliação indicadas por Cook (2004), remetem aos Padrões de ColInfo apresentados por Belluzzo (2007). O arquivista como responsável pela realização da Macroavaliação necessita da aquisição de informações além das que estão registradas no documento. Faz-se necessário compreender o contexto de criação dos registros documentais: determinar a necessidade de informação, acessar a informação de maneira eficiente, avaliar a veracidade da informação, usar a informação para a tomada de decisão, utilizar e disseminar as informações recuperadas de forma ética e responsável reconhecendo os direitos autorais e respeitando as políticas institucionais relacionadas ao acesso à informação.

2 AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

A Avaliação documental surge da necessidade de se promover a racionalização dos espaços físicos responsáveis pela salvaguarda dos documentos diante da vasta produção documental impulsionada por diversos fatores, dentre eles, a burocracia, o surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e principalmente após o contexto da Segunda Guerra Mundial onde ocorreu a chamada “explosão documental”.

Nesse cenário, Lousada (2012) destaca que a Avaliação documental é um fenômeno recente dentro da Arquivologia, visto que:

[...] durante séculos as instituições conservavam documentos que refletiam tanto testemunhos de seus direitos como de seus privilégios. Não havia um processo avaliativo que estudasse a real necessidade de preservação dos mesmos levando em consideração outros critérios de salvaguarda e preservação (LOUSADA, 2012, p. 67).

De acordo com Couture (2005) a Avaliação documental é uma das funções mais importantes dentro da Arquivologia contemporânea, pois, as decisões dela resultantes afetam outras atividades como o recolhimento, o arranjo, a descrição, a acessibilidade e a preservação dos documentos.

Avaliar consiste em determinar valores aos documentos, para julgar a necessidade de sua guarda provisória, eliminação ou preservação permanente. Bernardes (1998) considera que a Avaliação é uma atividade de trabalho interdisciplinar:

[...] que consiste em identificar valores para os documentos (imediato e mediato) e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental. (BERNARDES, 1998, p. 14).

Portanto, avaliar documentos é uma atividade complexa e de grande responsabilidade, que exige do profissional envolvido uma análise detalhada a respeito dos critérios de eliminação e guarda permanente aplicados aos documentos, tendo em vista que tal atividade irá refletir futuramente na manutenção da memória institucional e social.

A avaliação deve ser realizada dentro de parâmetros técnicos e jurídicos, a fim de se assegurar ao processo de análise a objetividade possível. Por isso, observa-se de um lado, a legalidade (a conformidade dos prazos de guarda com a legislação vigente) e, por outro lado, a legitimidade (a elaboração multidisciplinar e coletiva de critérios). Além disso, o trabalho almeja um estatuto científico, pois deve ser conduzido por técnicas, princípios e conceitos consagrados pela Arquivística. (BERNARDES; DELATORRE, 2008, p. 35).

A Avaliação documental pode ser entendida como um conceito, pois, sua teorização e reflexão são necessárias, como um processo, já que poderia ser iniciada no momento da produção do documento, e também como uma prática, visto que, alguns profissionais a realizam sem o apoio de nenhum instrumento ou norma (LOUSADA, 2012).

A obra *Manual of Archive Administration*, publicada em 1922 pelo holandês Hilary Jenkinson, é um marco da Avaliação documental. Seu ponto de vista a respeito da Avaliação documental é de que o arquivista não deve ter participação em tal processo. Segundo Jenkinson o processo de Avaliação documental deveria ser realizado pelo produtor do documento antes mesmo que eles fossem enviados ao arquivo, o papel do Arquivista nesse cenário é somente separar documentos idênticos que foram duplicados e preservar os documentos

enviados pelo seu produtor ao arquivo para fins de acesso futuro (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008).

Na Alemanha, Karl Otto Muller (1931) defende que o contexto de criação do documento e o posicionamento hierárquico do órgão produtor atribuíam os valores aos documentos, e nesse contexto o Arquivista deveria colaborar com os administradores em suas decisões a respeito da Avaliação (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008).

A questão central da Avaliação documental é a atribuição de valor aos documentos, nesse sentido, nos Estados Unidos Schellenberg, em 1956, contribui para a área com a teoria dos valores, onde ele identifica os dois valores que um documento de arquivo possui, sendo eles:

Valores primários, para a própria entidade onde se originam os documentos, e **valores secundários**, para outras entidades e utilizadores privados. Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivos [...]. Mas os documentos oficiais são preservados em arquivos por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque os seus valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais (SCHELLENBERG, 2006, p. 180).

Portanto, o valor primário consiste na razão pelo qual o documento foi produzido, e o valor secundário trata-se da sua utilidade para outros fins como, por exemplo, prova do ato administrativo, pesquisa acadêmica, manutenção da memória, entre outros. Schellenberg, por sua vez, questiona a visão de Jenkinson a respeito do papel do arquivista no processo de Avaliação, para ele o processo deve considerar a função pelo qual o documento foi produzido devendo ser focada em seu potencial uso futuro, e nesse cenário o arquivista deve participar ativamente de tal atividade e não apenas o criador do documento, devendo ser um profissional neutro e baseado em valores consistentes e não subjetivos.

A partir da visão de Schellenberg novos autores fizeram outras reflexões a respeito da avaliação. H. Booms (1970), apresentou o modelo *Documentation plan*, que visa a análise e documentação dos acontecimentos considerados importantes durante um período limitado de tempo. Tais atividades deverão ser

desenvolvidas em parceria com outros profissionais como, historiadores e autoridades oficiais, a fim de se determinar a pertinência da guarda de determinados documentos que deverão ter representatividade para a sociedade (BOOMS, 2002).

Terry Cook (1992), décadas depois, vem questionar os paradigmas estabelecidos dentro da Arquivologia, discordando do ponto de vista de Schellenberg, e propondo um novo modelo, a Macroavaliação, cujo enfoque deixa de ser o documento em si e passa a ser o contexto de criação do documento. Na Macroavaliação os valores sociais devem ser prioritariamente observados, podendo ser percebidos através da análise estrutural-funcional da interação entre os cidadãos e o Estado, tendo o enfoque na governança e não apenas no governo. A participação do arquivista é imprescindível e é permeado por subjetividades, não sendo o arquivista um profissional neutro.

Terry Eastwood (1992) sugere o modelo da Microavaliação, que consiste na avaliação exaustiva da essência do documento, onde serão avaliados seus componentes, estrutura, relação orgânica com outros documentos, entre outros (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008). Eastwood concorda com a ideia de Schellenberg na defesa que os documentos devem ser avaliados de acordo com seu potencial uso futuro.

Carol Couture (2002), apresenta a Avaliação Integrada, onde defende que o processo de Avaliação documental deve obedecer a duas fases: um primeiro momento com a aplicação da Macroavaliação de Cook (1992) e um segundo com a Microavaliação de Eastwood (1992). Para ele os dois modelos são complementares e devem ser conciliados durante a aplicação da Avaliação documental.

Diante do exposto, nota-se que dentro da Arquivologia ainda não há um consenso em relação aos modelos e procedimentos para Avaliação documental. Os autores divergem quanto a determinação do valor que indicará a guarda ou eliminação dos documentos, no entanto, todos concordam que a Avaliação é necessária para que o arquivo possa exercer sua principal função, o acesso à informação.

3 PERSPECTIVAS PÓS-MODERNAS

A partir dos anos de 1970, a Arquivologia inicia um processo de transição em busca de novos fundamentos teóricos para subsidiar os questionamentos decorrentes do cenário social permeado pela evolução tecnológica sob a influência de perspectivas pós-modernas. Origina-se a Arquivística Pós-moderna ou Arquivística Funcional, um marco relevante para o cenário arquivístico. Esse novo paradigma proposto por Hugh Taylor e Terry Cook, admite a obsolescência dos princípios e métodos arquivísticos gerados no século XIX, defendendo seu repensar para a sobrevivência e adaptação da disciplina: a ideia foi desconstruir argumentos clássicos da Arquivologia, reformular conceitos-chave e incorporar novos conceitos (COOK, 1997 *apud* ARAÚJO, 2013; COOK, 2012; TOGNOLI, 2010; NESMITH, 2018).

As discussões em torno do pós-modernismo consideram documentos e arquivos como meios de comunicação, dignos de estudo por um número cada vez maior de especialistas das mais distintas disciplinas. E que na condição de meios de comunicação, são produto de processos indeterminados de conhecimento e deles participam como agentes (NESMITH, 2018).

Assim, na condição de agente ativo, o documento arquivístico assume um novo *status*, que perpassa o suporte físico e concentra-se na informação, no contexto que o constrói e nas relações que estabelece entre os sujeitos. E que na concepção de Tom Nesmith (2018), numa experiência de reconceituar termos-chave, apresenta o documento como sendo a “mediação crescente do conhecimento a respeito de algum fenômeno – mediação criada por processos sociais e técnicos de inscrição, transmissão e contextualização” (NESMITH, 2018, p. 158).

Para além dos documentos e arquivos, o contexto pós-moderno apresentou alterações também para o fazer arquivístico bem como para o profissional. Nesmith (2018) redefine a expressão “trabalho arquivístico”, e apresenta como um “processo multifacetado de elaborar memórias dando forma a ações registradas, transmitindo tais relatos através do tempo e do espaço, organizando, interpretando, esquecendo ou eliminando” (NESMITH, 2018, p.

159).

Trace (2016) destaca que os arquivistas no contexto pós-moderno se tornam mais confiantes, assumem um novo direcionamento e demonstram um novo interesse em se conectar com outras disciplinas que estão teorizando sobre a natureza e o conceito de arquivo. Terry Cook (2012) destaca que os arquivistas devem mudar o paradigma de pesquisa das características de documentos, para a análise das funções e processos que geram documentos, com foco no processo de criação em vez de em produtos.

No que se refere à reformulação da Avaliação documental, enquanto função arquivística, no cenário pós-moderno, Nesmith reconceitua como “ato de pesquisar a contextualidade dos documentos em busca de significado contextual que justifique as decisões a respeito de sua conservação” (NESMITH, 2018, p. 160).

Cook (2005) reposicionou o conceito da Avaliação arquivística na visão pós-modernista, com uma base teórica pautada na perspectiva sociocultural: uma combinação de teoria, estratégia e metodologia, denominada de Macroavaliação, que para Cook é a “maneira canadense” de fazer uma avaliação de arquivo: avalia-se o valor social do contexto estrutural-funcional e da cultura do local de trabalho em que os registros são criados e utilizados e a inter-relação do público/cidadãos com esse contexto. Se a avaliação designar o valor a longo prazo do contexto de registros, ou séries de registros, para seus possíveis valores de pesquisa, a Macroavaliação avaliará a significância do contexto de sua criação e uso contemporâneo. A avaliação é sobre registros, a Macroavaliação é sobre o contexto mais amplo, é sobre processos, interações e relações (COOK, 2005; TRACE, 2016)

4 MACROAVALIAÇÃO

O arquivista canadense Terry Cook foi quem propôs a estratégia da Macroavaliação (*Macroappraisal*) em meados de 1992 em um trabalho intitulado *Mind over Matter: Towards a new Theory of Archival Appraisal*. O modelo de avaliação foi adotado nos Arquivos Nacionais do Canadá, tem como base o foco social e sua principal característica é a avaliação do contexto funcional em que

os documentos foram criados e a relação do público com esse contexto funcional (relação estado-cidadão), o ponto central da análise deixa de ser o documento em si e passa a ser o contexto de criação desse documento e os interesses sociais a respeito deles.

Terry Cook questiona a visão de Schellenberg a respeito dos critérios adotados para a definição de valores dos documentos, ele acredita que relacionar o valor documental ao seu possível uso futuro é uma tarefa utópica, nesse caso “a avaliação deve ser baseada na investigação e identificação das necessidades da sociedade desconsiderando a seleção de documentos baseada meramente na presunção de um uso em potencial futuro” (MENEZES, 2015, p. 42).

Na Macroavaliação, a análise se dá a partir da observação da cultura organizacional e funcionalidade institucional dos criadores dos documentos e como os cidadãos interagem e são influenciados por esses fatores. “Esse contexto baseado na procedência não é a tradicional unidade administrativa de origem e sim a complexa organização administrativa-cultural na qual se insere a produção e conservação de documentos nas instituições modernas” (LOUSADA, 2012, p. 71). Segundo Cook (2004) a lógica operacional da Macroavaliação considera que:

As instituições públicas possuem funções atribuídas a elas pela sociedade por meio de representantes parlamentares, essas instituições são um espelho das ideias, desejos, tendências, necessidades e valores da sociedade, esses valores são expressos em macro funções como, por exemplo, funções sociais, funções culturais, funções de desenvolvimento econômico, e assim por diante, essas macro funções são atribuídas a entidades e departamentos menores, a partir das macro funções atribuídas, as instituições envolvidas articulam subfunções que desempenharão as macro funções através de atividades contínuas para a entrega eficiente da missão institucional, nesse cenário o ‘cidadão’ interage com essas funções e estruturas, programas e atividades e moldam diretamente esses programas oferecendo uma reflexão dos valores da sociedade. De todas essas etapas funcionais o registro é a evidência final dessa interação cidadão/sociedade com o Estado (COOK, 2004, p. 8, tradução nossa).

Cook (2004) apresenta metodologicamente as cinco etapas necessárias ao desenvolvimento da macroavaliação:

1. Uma pesquisa sobre a complexidade e a importância relativa das várias subfunções, programas e atividades dentro do alvo funcional compreendido, objeto da macroavaliação;
2. Uma pesquisa que localize com precisão o local estrutural onde a maioria dessas funções ou subfunções acontecem;
3. Uma pesquisa para entender a natureza e as expressões mais utilizadas pelos cidadãos que interagem com essas funções ou programa;
4. Formação de uma hipótese de macro avaliação sobre o local onde estão os melhores documentos, o que eles globalmente e conceitualmente deveriam ser; e quais funcionalidades significantes da governança eles deveriam documentar;
5. Teste e confirmação dessa hipótese avaliando funcionalmente tipos selecionados de documentos dentro do programa funcional que está sendo avaliado, e avaliando o valor dos documentos que estão fora do programa de macroavaliação.

É a partir dessa metodologia que o arquivista consegue identificar todos os registros que possam ter valor simbólico, estético, intrínseco ou informativo para a sociedade e que por esse motivo devem ser preservados (COOK, 2004, p. 12). A Macroavaliação visa a análise dos pontos de interseção e conflitos entre três fatores: os criadores dos documentos (instituições), os processos sócio-históricos de criação desses documentos (funções) e o grupo que essas funções afetam.

Para se implementar a Macroavaliação o arquivista precisa responder a três questões:

1. quais são as funções e atividades mais importantes do criador a serem documentadas (ao invés de qual documentação deve ser mantida)?
2. quem (na coordenação e implementação dessas funções-chave, programas e operações da instituição) teria a responsabilidade principal de criar um documento, que tipo de documento seria, e com quem essa pessoa corporativa interagiria, tanto em sua criação como em seu uso operacional posterior?
3. como é que o cidadão interage com este universo funcional, e como é

que os cidadãos têm geralmente aceitado e apoiado, ou protestado e desafiado os programas e serviços relacionados? (COOK, 2012, p. 151).

É a partir das respostas dessas questões que o arquivista poderá definir uma estratégia de avaliação que contemple todos os valores sociais da época e não apenas as intenções do governo.

No que diz respeito ao profissional responsável pela Macroavaliação dentro de uma instituição, Cook (2004) prioriza que o arquivista tem o poder para exercer esse papel, no entanto, ele não deve ter o poder de decisão absoluto. O desenvolvimento dessa tarefa deve ganhar legitimidade através da construção de um relatório onde serão registradas as conclusões obtidas após a análise das informações levantadas para a tomada de decisão acerca dos prazos de guarda e destinação final dos documentos, justificando as suas decisões a fim de se promover a transparência em suas ações.

Em suma, a Macroavaliação define quais funções, processos, valores sociais, atividades, serão refletidos e preservados nos registros documentais que estão nas dependências dos arquivos, permitindo que a sociedade seja representada de maneira verídica preservando, assim, a memória institucional e social e refletindo todos os fatos que aconteceram na sociedade.

Vale ressaltar que a análise oriunda da Macroavaliação visa primeiramente a estrutura-função, porém, a avaliação do conteúdo do item documental não deixa de ser observada, ela apenas deixa de ser o foco principal passando a ocupar um lugar secundário.

Dessa forma, a Macroavaliação permite que a Arquivologia esteja focada em questões sociais voltando-se para os usuários e documentando as constantes evoluções pelas quais a sociedade passa ao longo do tempo, atendendo não somente às vozes oficiais, mas também aos marginalizados e silenciados dentro da sociedade.

5 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Atualmente, uma das maiores dificuldades para as instituições é a aquisição de informações para o uso estratégico na resolução de problemas, tendo em vista a ampla quantidade de informações produzidas e recebidas

diariamente no desenvolvimento de suas atividades, o que torna difícil o processo de assimilação por parte dos indivíduos. Nesse contexto, é importante que o profissional diante da necessidade de apropriação de informações estratégicas não só possua a competência profissional, mas que ele seja, principalmente, competente em informação, tendo em vista que a Competência em informação permite que o indivíduo interaja com a informação de forma independente e eficiente.

O termo Competência em Informação é a tradução oficial brasileira para a expressão *Information Literacy*, citada pela primeira vez pelo americano Paul Zurkowski em 1974 após a apresentação do relatório *The information service environment relationships and priorities*, onde ele indica que a tecnologia passava por transformações tão repentinas que os americanos não estavam preparados para utilizar todos os recursos tecnológicos que lhes eram disponibilizados. Tal relatório apresentava como principal objetivo, instruir a população para lidar com a abundância de informações disponíveis que excedem a capacidade humana de avaliar, com a diversidade de procedimentos de busca de informação existentes e com a variedade de rotas de acesso e fontes informacionais mal compreendidas e subutilizadas (ZURKOWSKI, 1974; FURTADO, 2019).

A CoInfo está direcionada para o universo em que a informação está inserida, e surge como uma solução para o acesso e uso proficiente da grande quantidade de informações disponibilizadas diante da explosão informacional vivida pela sociedade contemporânea. A *American Library Association* (ALA) elaborou em 1989 um dos conceitos mais conhecidos sobre a Competência em Informação e a pessoa competente em informação:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente as informações necessárias. Produzir essa cidadania exigirá que as escolas apreciem e integrem o conceito de Competência em Informação em seus programas de aprendizagem e que eles desempenham um papel de liderança preparando indivíduos e instituições para aproveitar as oportunidades inerentes à sociedade da informação. Em última análise, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender porque sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar informações e

como usar a informação de tal forma que outros possam aprender com elas. São pessoas preparadas para a aprendizagem ao longo da vida, porque sempre podem encontrar a informação necessária para qualquer tarefa ou decisão em questão. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, p. 1).

Assim, diante da diversidade de informações produzidas pela sociedade contemporânea, é de suma importância que o indivíduo saiba como e onde utilizá-las de maneira precisa para a resolução de problemas em circunstâncias pessoais e profissionais, além disso, cabe considerar que o acesso à informação promove a cidadania. Nesse contexto, Belluzzo (2013) aponta três requisitos fundamentais para o desenvolvimento da ColInfo:

A cidadania, considerando o compromisso ativo com a comunidade, a política e o desenvolvimento global mediante o livre acesso e uso crítico de dados e informações; o crescimento econômico, visando o fomento do desenvolvimento de empresas já existentes e de nova criação mediante o uso criativo e intensivo do conhecimento e a combinação eficiente dos serviços de informação; e a empregabilidade, direcionada para a educação, formação e desenvolvimento contínuo de todos os conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para o acesso e o êxito econômico (BELLUZZO, 2013, p. 68).

A ColInfo está ligada a capacidade do sujeito de aprender ao longo da vida, ela proporciona a busca, análise e a utilização da informação de maneira ética e coerente favorecendo, assim, o uso das mesmas no processo de tomada de decisões administrativas que o profissional necessita tomar dentro das instituições. Para Zurkowski (1974) as pessoas competentes em informação são aquelas capazes de “aplicar os recursos informacionais em seu trabalho, possuem técnicas e habilidades para usar ferramentas e recursos primários e moldam soluções relacionadas à informação e aos seus problemas.” (ZURKOWSKI, 1974, p. 6).

Horton Junior (2007) conceitua o termo Competência em informação como o conjunto de habilidades necessárias para reconhecer quando a informação é necessária para a resolução de um problema ou tomada de decisão; como buscar essa informação transformando-a em termos de pesquisa e como procurar tal informação de forma eficiente, além de, recuperar, entender, organizar e avaliar sua credibilidade e autenticidade, avaliar sua relevância e

compartilhar a outros de forma ética e responsável.

Visando apoiar o processo de aprendizagem proporcionado pela ColInfo foram desenvolvidos por diferentes organismos a partir da década de 1980, modelos, padrões e indicadores que visam nortear o desenvolvimento e a realização de programas para sensibilizar e capacitar indivíduos a serem competentes em informação.

Cuevas Cerveró (2012) define os modelos de Competência em informação como sendo marcos teóricos, que apresentam o nível de competências necessárias para que uma pessoa adquira as habilidades que a tornam competente em informação em um determinado estágio evolutivo. A execução desses modelos se dá através de padrões, constituídos de listas de categorias, que descrevem a natureza e o escopo que cada construção apresenta. Catts e Lau (2008), por sua vez, apresentam os padrões e seus indicadores de performance como elementos importantes que oferecem os termos de competência requeridos em diferentes níveis da capacidade humana, da educação fundamental à pós-graduação. Em todos os níveis, as habilidades têm sido desenvolvidas juntamente com as habilidades tecnológicas, considerando os ambientes digitais onde se encontram as fontes de informação, combinando habilidades cognitivas e técnicas para o acesso e uso da informação.

Dentre os modelos internacionalmente reconhecidos destacam-se: *Information skills* (IRVING, 1985); *Big6 Skills* (EINSEBERG; BERKOWITZ, 1987); *Research Process* (PITTS; STRIPLING, 1988); *The 8Ws by Lamb* (United States, 1990); *Seven Faces of Information Literacy* proposto por Christine Bruce (Australia, 1997); *The Seven Pillars of Information Literacy* – SCONUL (UK and Irland, 1999); *The Big Blue – Taxonomy of information skills* (England, 2002); *The Seven Steps of the Research Process* (United States, 2003); *Web-Based Information Searching* proposto por Sylvia Edwards (Australia, 2004); *Six Frames for Information Literacy Education* proposto por Christine Bruce et al. (Austrália, 2006); *Search Process Model* proposto por Kuhlthau (United States, 1985–2008), dentre outros (FURTADO, 2014).

No rol dos padrões de alcance internacional destaca-se o *Information*

Literacy Competency Standards for Higher Education proposto pela American Library Association (ALA) em parceria com a *Association of College and Research Libraries* (ACRL), no ano de 2000. O *Framework for Information Literacy for Higher Education* (2015) considerado uma atualização dos padrões apresentados em 2000 pela ALA/ ACRL e o *International Guidelines on Information Literacy* elaborado por Lau (2007) e traduzido para o português por Belluzzo (2007) sob responsabilidade da Seção de *Information Literacy* (InfoLit) do *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA).

No Brasil, destaca-se os padrões e indicadores de performance de Competência em informação elaborados por Belluzzo (2007). Os padrões representam parâmetros norteadores à consecução de ações voltadas à inserção, desenvolvimento e avaliação de princípios e conceitos, sob o enfoque da Competência em informação. A autora indica que os padrões se configuram como uma adaptação para a realidade brasileira, cuja construção se deu apoiada em padrões internacionalmente reconhecidos. No Quadro 1, apresenta-se os Padrões e indicadores Belluzzo (2007):

Quadro 1 - Padrões e indicadores de Competência em informação

PADRÃO	INDICADOR
1. Determina a natureza e a extensão da necessidade de informação.	Define e reconhece a necessidade de informação.
2. Acessa a informação necessária com efetividade.	Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistemas de recuperação da informação para acessar a informação necessária.
3. Avalia criticamente a informação e as suas fontes.	Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação obtida;
4. Individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo ou obter um resultado.	É capaz de sintetizar a informação para desenvolver ou completar um projeto.
5. Compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso a informação e acessa a informação ética e legalmente.	Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas, e socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia.

Fonte: Belluzzo (2007)

Belluzzo (2007) propõe esses padrões e indicadores visando nortear o desenvolvimento da ColInfo em âmbito nacional, podendo ser adaptado para o

contexto em que for inserido. Atualmente os padrões estabelecidos pela ColInfo tornam-se cada vez mais importantes, principalmente para gestores de instituições, pois, diante da explosão informacional causada pelo advento das TICs é essencial que tais profissionais detenham habilidades para filtrar as informações evitando ao máximo a aquisição de informações desnecessárias e pouco proveitosas, tendo em vista que as informações serão utilizadas como base para as tomadas de decisões administrativas, nesse contexto, é importante que o profissional esteja capacitado para lidar com a seleção, recuperação, uso, compartilhamento e armazenamento da informação de forma eficiente e ética acarretando benefícios tanto para a instituição quanto para a sociedade.

No que tange as habilidades do arquivista como profissional que trabalha com a Gestão de documentos e da informação, a ColInfo está diretamente relacionada as suas atividades, Furtado (2019) analisou a inter-relação do Arquivista com os preceitos delimitados pela ColInfo e de acordo com a autora:

[...] é perceptível a necessidade de inserção e desenvolvimento de habilidades de ColInfo no arquivista, considerando uma série de fatores: ser o arquivista um profissional que tem como objeto de estudo e trabalho a informação e nesse contexto onde o acesso à informação se faz presente, ser o profissional mediador na relação informação – usuário, que ora se coloca como usuário da informação elaborando estratégias de busca para atender as demandas dos usuários e ora se coloca como instrutor de habilidades no processo de busca e uso da informação. (FURTADO, 2019, p. 286).

Portanto, é fundamental que o arquivista se torne competente em informação para o melhor desenvolvimento de suas atividades dentro da gestão de documentos como, por exemplo, elaboração de instrumentos de pesquisa, avaliação documental, classificação de documentos, difusão da informação, entre outras atividades que demandam busca, aquisição, recuperação e uso de informações.

6 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE MACROAVALIAÇÃO

O arquivista é considerado um profissional da informação, pois ocupa-se diariamente do gerenciamento das informações produzidas e recebidas pela

instituição, agindo no processo de seleção, tratamento, organização, preservação, conservação, difusão, entre outros processos relativos à informação, nesse contexto, Yafushi (2015) afirma que:

[...] o profissional da informação é o responsável pelas ações empregadas em todo o processo informacional, iniciando com o recebimento do documento, armazenamento e recuperação das informações, que poderá ser realizada a qualquer momento. (YAFUSHI, 2015, p. 117).

Portanto, é necessário que o arquivista desenvolva habilidades por meio de uma preparação contínua para que possa executar as suas atividades profissionais com eficiência, tendo em vista a grande quantidade de informações, sendo elas orgânicas ou não, produzidas, recebidas e acumuladas pelas instituições.

Pontes Júnior e Tálamo (2009) indicam a necessidade de o profissional da informação estar sempre atualizado frente as constantes mudanças ocorridas dentro da área, principalmente no que tange ao surgimento de novas tecnologias, segundo os autores:

[...] o profissional da informação passa a atuar em uma área restrita e técnica, fazendo parte de uma gama de profissionais que também deverão trabalhar com o conhecimento e possuir habilidades individuais e coletivas no que diz respeito ao uso, recuperação e na aplicação da informação, seja em ambientes profissionais, acadêmicos e pessoais; caso ele esteja preparado para esta nova etapa, assim como em qualquer outra profissão, ou ele se atualiza ou será mais um excluído da Sociedade da Informação. (PONTES JUNIOR; TÁLAMO, 2009, p. 89).

Desta maneira, o arquivista como profissional da informação deve atender as demandas de informações tanto da organização em que atua quanto da sociedade, por meio da Gestão de Documentos, para que a partir das informações disponibilizadas possa ser construído um novo conhecimento que será a base para o processo de tomada de decisão e resolução de problemas.

A Lei nº 6.546/78 que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo estabelece em seu art. 2º as atribuições do Arquivista, sendo uma delas a: “orientação da avaliação e seleção de documentos para fins de preservação”. Desenvolver a avaliação documental dentro de uma instituição é de suma importância para a redução da massa

documental facilitando a busca e acesso às informações, tendo em vista que a partir da Avaliação documental serão preservados apenas os documentos necessários tanto para a instituição quanto para a sociedade (BRASIL, 1978).

O desenvolvimento dessa função arquivística, atividade e/ou processo demanda do arquivista uma análise a respeito do universo relacionado à informação registrada nos documentos para que se possa definir seu prazo de guarda e posteriormente a sua destinação final.

Dentre as teorias de avaliação documental existentes, a Macroavaliação idealizada por Terry Cook em 1992, permite a análise da importância social das funções que resultaram na criação do documento e não apenas a avaliação do item documental propriamente dito, proporcionando a representação da diversidade social dentro dos Arquivos. Terry Cook (2012) ressalta que:

A macroavaliação requer que os arquivistas pesquisem a natureza desses agentes e ações (criadores dos documentos, funções e cidadãos) e especialmente, as interconexões e inter-relações entre eles e, em seguida, atribuam maior importância, ou “valor” a certos fatores funcional-estruturais e interações dos cidadãos em comparação aos outros. (COOK, 2012, p. 150).

A pesquisa é a base que vai orientar a implementação da Macroavaliação dentro de uma instituição, nesse contexto, subentende-se que o arquivista, enquanto responsável pela realização desta atividade, tenha a capacidade de buscar as informações necessárias de maneira ética, eficiente, apropriada, hábil, dentre outros requisitos.

Por se tratar de um modelo que apresenta de forma concreta as condições necessárias para a sua implementação dentro de uma instituição, a Macroavaliação foi adotada como base para se realizar a análise comparativa entre os elementos propostos pela Competência em Informação e as etapas necessárias para o desenvolvimento da Avaliação arquivística.

Assim, para um melhor entendimento a respeito dessa correlação entre a ColInfo e a Macroavaliação, apresenta-se no Quadro 2, as etapas necessárias para a aplicação da Macroavaliação de Terry Cook (1992) e os Padrões de Competência em Informação desenvolvidos por Belluzzo (2007).

Quadro 2 - Relação entre os padrões da Colinfo e as etapas da Macroavaliação.

ETAPAS DA MACROAVALIAÇÃO ELABORADAS POR TERRY COOK (1992)	PADRÕES DE COINFO PROPOSTOS POR BELLUZZO (2007)
1. Pesquisa sobre a complexidade e a importância relativa das várias subfunções, programas, e atividades dentro do alvo funcional compreendido, objeto da macroavaliação.	1. A pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação.
2. Pesquisa para localizar com precisão o local estrutural onde a maioria dessas funções ou subfunções acontecem;	2. A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade.
3. Pesquisa para entender a natureza e as expressões mais utilizadas pelos cidadãos que interagem com essas funções ou programa;	3. A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e suas fontes.
4. Formação de uma hipótese de macroavaliação sobre o local onde estão os melhores documentos, o que eles globalmente e conceitualmente deveriam ser; e quais funcionalidades significantes da governança eles deveriam documentar;	4. A pessoa competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/ obter um resultado.
5. Teste e confirmação dessa hipótese avaliando funcionalmente tipos selecionados de documentos dentro do programa funcional que está sendo avaliado, e avaliando o valor dos documentos que estão fora do programa de macroavaliação.	5. A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Ao realizar a análise do Quadro 2 observa-se que todas as cinco etapas necessárias para o desenvolvimento da Macroavaliação remetem aos Padrões de Colinfo apresentados por Belluzzo (2007). Pode-se constatar que a informação é a base para que a Avaliação documental possa ser desempenhada com êxito, para que seja tomada a decisão a respeito do prazo de guarda e destinação final dos documentos. O profissional precisa determinar a necessidade de informação, acessar a informação necessária de maneira eficiente, avaliar a veracidade da informação, usar a informação para a tomada de decisão, utilizar e disseminar as informações recuperadas de forma ética e responsável reconhecendo os direitos autorais e respeitando as políticas institucionais relacionadas ao acesso à informação, todos esses requisitos de Colinfo elencados por Belluzzo (2007) são aplicados nos cinco passos da

Macroavaliação listados por Terry Cook (1992).

Portanto, fica visível que o arquivista como profissional responsável pela realização da Macroavaliação necessita da aquisição de informações além das que estão registradas no documento, precisando entender todo o contexto de criação dos registros documentais como, por exemplo: identificar quais subfunções estão diretamente relacionadas à função alvo da Macroavaliação, mapear onde encontram-se os documentos que representam a função, reconhecer como os cidadãos interagem (tanto negativamente como positivamente) com essas subfunções, realizar pesquisa histórica e administrativa dos órgãos produtores dos documentos e analisar se os documentos que são identificados com pouca relevância social realmente se encaixam nessas condições, podendo posteriormente ser eliminados sem acarretar prejuízos sociais e institucionais (COOK, 1992).

Todas as questões levantadas durante a prática da Macroavaliação, para serem resolvidas demandam uma pesquisa detalhada a fim de se entender o contexto de criação dos documentos.

Nesse sentido, o arquivista deve ser capaz de identificar o melhor processo para se ter acesso às informações básicas como, por exemplo, quais fontes de informação serão utilizadas, quais os termos de busca que nortearão a pesquisa, como recuperar as informações localizadas, avaliar se as informações são verdadeiras e se possuem relevância para a resolução do problema, saber organizar as informações de maneira clara para que possam ser utilizadas em outras ocasiões e ter a capacidade de disseminá-las de maneira ética e responsável. Portanto, é incontestável que o arquivista precisa estar capacitado para lidar com a pesquisa de maneira proveitosa sendo, desta forma, competente em informação para que obtenha êxito no desenvolvimento de uma das principais funções arquivísticas, a Avaliação documental.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Competência em Informação (CoInfo) tornou-se uma temática emergente no século XXI, tendo em vista o cenário contemporâneo, permeado pela revolução tecnológica, acompanhado pela produção e disseminação de

informações, nos mais diversos ambientes, e a capacidade de lidar de forma ética e autônoma ainda é privilégio de uma parcela da sociedade.

Atualmente, as instituições necessitam de profissionais que possuam as habilidades relacionadas à ColInfo, tendo em vista que o acesso e uso assertivo das informações tornou-se essencial para o processo de tomada de decisões.

É importante que o arquivista desenvolva as habilidades delimitadas pela ColInfo a fim de incorporá-las à execução de suas atividades como a Avaliação documental, função elementar no âmbito da Gestão de Documentos. Cabe ao arquivista, na implementação da Avaliação documental, considerar a importância desta atividade para a construção da memória institucional e coletiva.

Investigar se há evidências de ColInfo no processo de Avaliação documental configurou-se como o principal objetivo desta pesquisa, para tanto, buscou-se apresentar por meio da análise comparativa quais os elementos da ColInfo relacionam-se com a Avaliação documental, especificamente o modelo da Macroavaliação e como tais elementos contribuem para esse processo.

Os resultados indicaram que os padrões da ColInfo (BELLUZZO, 2007) estão alinhados com as etapas da Macroavaliação. Observou-se que para se implementar a Macroavaliação, o arquivista deverá dentre outras atividades, realizar um levantamento de informações que indiquem o contexto histórico, social e institucional de criação do registro documental. No processo de busca dessas informações é necessário delimitar requisitos para que o acesso, a recuperação e o uso das mesmas ocorra de forma eficiente e objetiva, requisitos esses que são apresentados nos padrões de ColInfo.

Desta forma, evidencia-se que os resultados obtidos responderam aos objetivos propostos e propiciam uma contribuição para a melhor compreensão da inter-relação entre a ColInfo e a Macroavaliação, bem como de outros modelos e processos da Avaliação documental.

Os resultados contribuem para a necessidade de ações que promovam a inserção da ColInfo na Arquivologia, a fim de capacitar profissionais para a pesquisa e uso de informações estratégicas que os auxiliarão na realização de suas atividades, não apenas na Avaliação documental como também nas demais funções arquivísticas como o Diagnóstico, a Identificação, a

Classificação, a Descrição, a Preservação, a Difusão, funções essas que são indispensáveis para a implementação da Gestão de documentos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **A progress report on information literacy: an update on the American Library Association Presential Committee on Information Literacy: Final Report.** 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/progressreport>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 61-82, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p61>. Acesso em: 3 maio 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51). Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.html. Acesso em: 20 jun. 2019.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for Information Literacy for Higher Education.** Chicago: ALA, 2015. Disponível em: http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/Framework_LHE.pdf. Acesso em: 02 jun. 2020.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. (org.). **Competência em informação: de reflexões as lições aprendidas.** São Paulo: FEBAB, 2013.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação.** 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 1998.

BERNARDES, I. P.; DELATORRE, H. **Gestão Documental Aplicada.** São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. p. 54. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICAD_A_leda.pdf. Acesso em: 02 set. 2019.

BOOMS, H. Ordre social et constitution du patrimoine archivistique. À propôs de l'évaluation dès sources d'archives. **Archives**, [s.l.], v. 33, n. 3-4, p. 7-44, 2002.

BRASIL, Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978 que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1978.

CATS, R.; LAU, J. **Towards information literacy indicators**. Paris: United Nations educational, scientific and cultural organization. 2008.

COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2012.

COOK, T. Macro-appraisal and Functional Analysis: documenting governance rather than government. **Journal of the Society of Archivists**, v. 25, n. 1, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0037981042000199106>. Acesso em: 4 ago. 2020.

COOK, T. Documentation Strategy. **Archivaria**, [s.l.], v. 34, p. 181-191, 1992. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11849>. Acesso em: 4 ago 2020.

COOK, T. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000. **Archival Science**, v. 5, n. 2-4, p. 101-161, 2005. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s10502-005-9010-2.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.

COOK, T. Entrevista-Terry Cook (PORTUGUÊS). **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48658>. Acesso em: 12 fev. 2020.

COUTURE, C. La fonction évaluation en archivistique contemporaine: Une synergie entre plusieurs considérations complémentaires. *In: COLLOQUE INTERNATIONAL DES SCIENCES DE DOCUMENTATION*, 2002. Anais [...] Congrès des archives de Castilla y León, Département de bibliothéconomie et de documentation. Université de Salamanque: Espagne, 2002.

COUTURE, C. Archival appraisal: A status report. **Archivaria**, [s.l.], v. 59, p. 83-107, 2005. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12502>. Acesso em: 19 set. 2020.

CUEVAS CERVERÓ, A. Competencia lectora, lectura digital y alfabetización en información (ALFIN). **Nuevas formas de lectura en la era digital**, v. 144, 2012.

FURTADO, R. L. **Desenvolvimento e formação de competência em informação**: um mapeamento de modelos, padrões e documentos. 2014. 157 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade

Estadual de Londrina, Departamento de Ciência da Informação, Londrina, 2014. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000195397>. Acesso em: 23 mar. 2020.

FURTADO, R. L. **A competência em informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada**. 2019. 367 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180950>. Acesso em: 23 mar. 2020.

HORTON JUNIOR, F. W. **Understanding information literacy: a primer**. Paris: UNESCO, 2007.

LOUSADA, M. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 1-2, p. 63-78, jul./dez. 2012. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1724>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MAKHLOUF, B.; CAVALCANTE, L. E. Avaliação arquivística: bases teóricas, estratégias de aplicação e instrumentação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 13, n. 26, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n26p201>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MENEZES, I. P. **Avaliação arquivística: reflexões sobre a constituição do patrimônio documental**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado profissional em bens culturais e projetos sociais) – Fundação Getulio Vargas (FGV-CPDOC), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13685/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20%28final%29%20-%20lara.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 set. 2019.

NESMITH, T. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. *In*: NEDEL, L.; HEYMANN, L. Q. (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
PONTES Júnior, J.; TÁLAMO, M. F. M. Alfabetização digital: proposição de parâmetros metodológicos em competência informacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 81-98, maio/ago. 2009. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007564&dd1=035e1>. Acesso em: 13 ago. 2019

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110043P4/2010/tognoli_nb_me_mar.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020

TRACE, C. B. Dentro ou fora do documento? noções de valor arquivístico. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

YAFUSHI, C. A. P. **A Competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP)**. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/126599>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ZURKOWSKI, P. G. **Information services environment relationships and priorities**. Washington D.C.: National Commission on Libraries, 1974.

INFORMATION LITERACY IN THE MACROAPPRAISAL PROCESS

ABSTRACT

Objective: to present the relevance of Information literacy in the performance of the archivist, specifically in the document evaluation process, subsidized by the Macroappraisal model. **Methodology:** The study was developed through bibliographic research and comparative analysis between the Macroappraisal document evaluation model and the Standards of Information literacy. **Results:** The results proved that the necessary steps for the development of Macroappraisal refer to the Information literacy Standards and to the archivist it is necessary to understand the context of creation of the documentary records. **Conclusions:** In the analysis of the results, it indicates the provocation of new reflections about the importance of Information literacy in the archival scenario, not only in the documentary evaluation process, either in the Macroappraisal model as in the other models and functions that make up archival making.

Descriptors: Documentary evaluation. Macroappraisal. Information literacy.

COMPETENCIA EN INFORMACIÓN EN EL PROCESO DE MACROEVALUACIÓN

RESUMEN

Objetivo: presentar la relevancia de la Competencia en Información en la actuación del

archivero, específicamente en el proceso de evaluación documental, subvencionado por el modelo de Macroevaluación. **Metodología:** El estudio se desarrolló a través de la investigación bibliográfica y el análisis comparativo entre el modelo de evaluación documental de Macroevaluación y los Estándares de Competencia en Información. **Resultados:** Los resultados demostraron que los pasos necesarios para el desarrollo de la Macroevaluación se refieren a los Estándares Competencia en Información y al archivero es necesario comprender el contexto de creación de los registros documentales. **Conclusiones:** En el análisis de los resultados, indica la provocación de nuevas reflexiones sobre la importancia de la Competencia en Información en el escenario archivístico, no solo en el proceso de evaluación documental, tanto en el modelo de Macroevaluación como en los demás modelos y funciones que conforman la realización archivística.

Descriptores: Evaluación documental. Macroevaluación. Competencia en información.

Recebido em: 13.08.2020

Aceito em: 04.05.2021